

# NAS NOSSAS ESCOLAS, DIAS COMUNS E TRAGÉDIAS EM SÉRIE

Guilherme Jeronymo<sup>1</sup>

Daniel Garcia



Tarcísio no Metrô, durante homenagem à professora assassinada na Escola Estadual Thomazia Montoro (17/5/23)

*No Brasil, ocorreram 31 ataques e chacinas em escolas entre fevereiro de 2002 e junho de 2023, sendo que 18 deles aconteceram desde fevereiro de 2022, segundo levantamento da Unicamp. O saldo é de 38 vítimas fatais, o que inclui cinco suicídios de atacantes (atiradores). No Estado de São Paulo, desde o massacre de Suzano em 2019, uma lei prevê a contratação de um assistente social e um psicólogo por escola. Mas o governo contratará somente 550 psicólogos para toda a rede estadual, um para cada dez escolas. Em 2023, dois episódios chocantes revelaram despreparo das autoridades escolares e negligência do governo: o assassinato da professora Elisabeth Tenreiro, em março, e a execução de uma aluna por um colega vítima de **bullying**, em outubro*

**E**ra o começo de um dia comum na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo. Um dia comum, mais um, para professoras e professores, para alunas e alunos, e para seus pais. Somente para uma criança não era assim, mas era uma criança com raiva e com uma faca na mão. Dez minutos depois das sete da manhã naquele 27 de março de 2023 e já não era um dia comum. A professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, perdeu a vida, esfaqueada por seu aluno de 13 anos.

Ronaldo Borges tem um filho, Miguel, de 13 anos, que estuda na sala em que ocorreu o ataque no Thomazia Montoro. Era um dia comum para Ronaldo, quando uma desconhecida ligou para ele. Ela estava com Miguel, que encontrou no meio da rua, ensanguentado, e levou para o Pronto-Socorro Bandeirantes, próximo à escola. Ele é o garoto que aparece num vídeo indo na direção do agressor do Thomazia, e recebe três facadas, a mais profunda no bra-

ço. Sua tentativa de bloquear o colega atrasou o ataque, deu tempo para crianças saírem da sala e para outras professoras entrarem, tentarem ajudar Elisabeth, e por fim imobilizarem o agressor.

No Brasil ocorreram, entre fevereiro de 2002 e junho de 2023, 31 ataques e chacinas em escolas, sendo que mais de metade, 18, aconteceram desde fevereiro de 2022, segundo levantamento da Unicamp. Exemplos: Suzano (SP), em 2019, com nove mortos; Aracruz (ES), em 2022, com quatro mortos e 12 feridos em duas escolas; Cambé (PR), em 2023, resultando em uma jovem morta e um jovem gravemente ferido.

Estes dados são apontados no recente estudo intitulado “Paz nas escolas e universidades. Violência extrema em escolas brasileiras”, de autoria da professora Telma Pileggi Vinha, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp, e da pesquisadora Cléo Garcia. Na maioria das vezes, os autores dos ataques foram

estudantes e ex-estudantes das próprias escolas, e em três ocasiões foram agressores externos. O número total de vítimas fatais é elevado: 38 pessoas, sendo 27 estudantes (16 meninas), quatro professoras, uma coordenadora, uma inspetora e cinco atacantes que se suicidaram. O estudo mapeia os ataques, traça o perfil dos autores e discute suas motivações, com ênfase para o “ecossistema de ódio” existente na Internet.

“Superamos uma fase crítica, mas nada indica que saímos de patamar. Ainda estamos no paradigma do ‘quando’ ocorrerá um novo ataque. Desde 2019 saímos do paradigma do ‘se’”, explica Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da USP e coordenador do relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, elaborado durante a transição entre o governo Bolsonaro e o governo Lula. Trata-se do primeiro documento oficial a indicar, no Brasil, que o ultraconservadorismo pro-

precisa um ambiente favorável à ocorrência de ataques em escolas, entre outras formas de violência.

O ultraconservadorismo permite, e até mesmo autoriza, o discurso de ódio, especialmente misógino, supremacista branco, neonazista, fascista, LGBTfóbico e capacitista. “Caminhamos para confirmar a hipótese de que há vínculo entre as comunidades de ódio. Ou seja: o ódio é um universo identitário com diversas ramificações e intersecções. Em outras palavras, o ódio vai se tornando uma identidade e avançou também para ser uma estratégia de pertencimento de grupo; um grupo pautado na exaltação e prática da violência”.

Um grupo composto por crianças e jovens. O menino autor do ataque no Thomazia, repita-se, era colega de Miguel. “Estavam fazendo um trabalho juntos dias antes, era um garoto normal. Quietos, mas normal”, conta Ronaldo. Diz que teve pena dele, mas na manhã ensolarada de final de junho em que conversamos, quase três meses depois do ataque, não tinha mais. Muito se falou desde então sobre o menino, sobre sua família e suas relações com grupos de ódio, seu interesse por outros crimes parecidos.

Esses detalhes, repetidos assim como as imagens do ataque, podem incitar novos ataques ou ondas de boatos, como a que varreu todas as escolas da região e diversas pais afora, em abril, três a quatro semanas após os eventos do Thomazia. Quando conversamos naquela manhã clara de final de outono, Ronaldo me contou que demorou um mês para chorar. “Antes não veio, sabe. Mas quando deu um mês percebi que eu

poderia ter ficado sem meu filho, que uma pequena diferença lá e ele não estaria comigo hoje”.

### **Pablo Ortellado, da EACH, chama a atenção para a migração das comunidades do tipo True Crimes, da Deep Web para as redes sociais. Cléo Garcia, da Unicamp, indica pontos em comum entre os agressores: ver a escola como palco de sofrimento e participar de tais grupos virtuais**

Não é novidade a existência de grupos extremistas. O professor Pablo Ortellado, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), monitora esses grupos extremistas, e percebeu uma mudança preocupante. Antes restritos a fóruns de difícil monitoramento e acesso (abrigados na chamada Deep Web), as comunidades que debatem crimes anteriores e fomentam a realização de novos, conhecidas pelo termo em inglês True Crime Community, estão hoje em redes sociais, onde não é tão difícil encontrar detalhes de massacres como os de Columbine, Suzano e Realengo, e mesmo a celebração desses agressores como mártires a serem imitados.

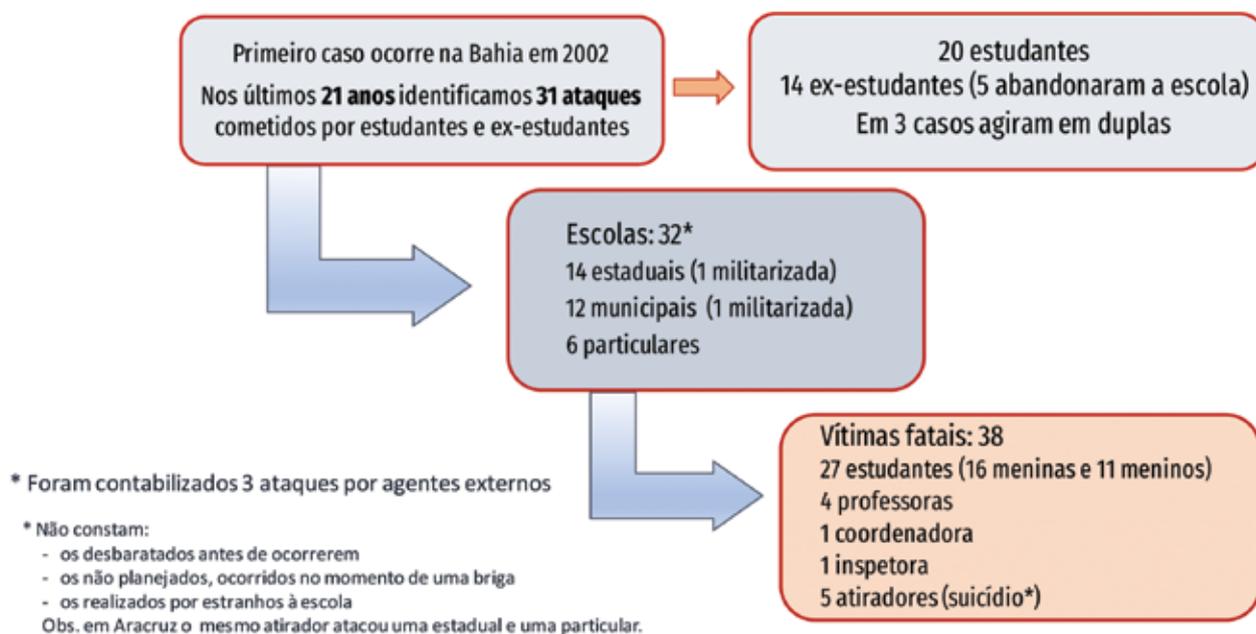
Nessas comunidades, avalia Or-

tellado, enquanto a maioria tem apenas uma curiosidade mórbida pelo tema, há uma minoria que deseja espaço e destaque como celebridade fúnebre. “Uma pequena parcela está à beira de agir. Esse pessoal é que nos preocupa”, adverte. “Dentro desse grupo existe um conteúdo ideológico extremo, muitas vezes misturado, uma ideologia bufê de saladas”, explica o docente da EACH, que coordena o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpapai).

Outro grupo que é referência no acompanhamento dessas células extremistas está na Unicamp e produziu o estudo citado no início desta reportagem. Um fator importante é que o aceleração dos ataques teve relação direta com o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19. “Todos saímos de várias formas afetados e adoecidos por esse evento. No ano passado também tivemos uma situação de acirrada disputa eleitoral que se utilizou de intenso discurso e incitamento ao ódio, banalizando a violência ao trazê-la como a única forma de resolver conflitos e divergências”, diz Cléo Garcia.

Ela indicou a prevalência, entre os autores dos ataques, de dois pontos em comum: enxergar a escola como palco de sofrimento, e participar de comunidades virtuais, como as encontradas pelo Gpapai. “Eles se sentem pertencentes a esses grupos, acolhidos e ouvidos”, reforça a pesquisadora. Mas há outras questões envolvidas: “Temos a falta de regulação das plataformas digitais, e a migração dessas subcomunidades da Deep Web para as redes sociais mais comuns a todos, abertas a qualquer tipo de pú-

## Mapeamento (até junho de 2023) - 180.000 escolas



Fonte: pesquisa de Telma Vinhas e Cleo Garcia (Unicamp, 2023)

blico, sem qualquer filtro ou moderação nas publicações”.

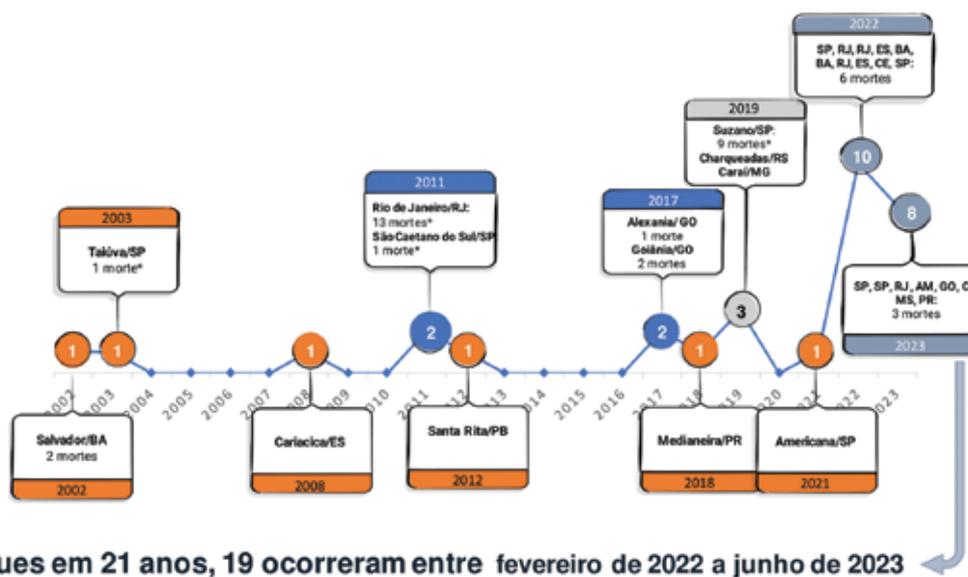
Voluntária após os dois ataques, Elaine Alves é psicóloga especializada em atendimento posterior a desastres e outra a tecer críticas à forma como os governos têm reagido. Tendo permanecido em Suzano por oito meses após o massacre cometido na Escola Estadual Professor Raul Brasil e por dois meses e meio na Thomazia, Elaine considera que o tempo não foi usado para aprender ou para avançar em políticas de atenção e protocolos de ação. Não há recursos para que o trabalho voluntário se torne permanente, falta coordenação das ações de atendimento e apoio aos profissionais atendidos. Elaine notou que, tanto em casos de ataques consumados quanto naqueles frustrados, ou ainda quando a situação ficou restrita às ameaças, o sentimento generalizado de medo é seguido pelo reforço de medidas pontuais de segurança, que cessam pouco tempo

depois. Algo semelhante ao que aconteceu com a onda de boatos de 20 de abril, um movimento deliberado para criar pânico. A seu ver, ali era necessário que os pais mandassem seus filhos para a escola, “pois estávamos produzindo o que eles querem, o pânico que eles querem”. Ela recorda que esse tipo de ameaça, por meio de boatos, ocorreu também um mês após o ataque de Suzano, mas naquela ocasião a polícia foi muito cuidadosa. Nesses casos a comunidade é assistida por algum tempo, até que se esqueça do que se passou. O pai de Miguel, o aluno que procurou deter o colega agressor na Thomazia, concorda com Elaine. Ronaldo esforçou-se para convencer o filho a voltar à escola depois da tragédia. “Por isso eu disse a ele: ‘Você tem que ir, tem de aproveitar. Em um ano vocês terão bem menos gente olhando para vocês. Hoje, tudo de melhor estará lá para ajudar vocês’”, me contou Ronaldo, ao lado da Estação Vila Sônia do Metrô,

cerca de cinco minutos a pé da escola. Estação que agora leva o nome da professora Elisabeth Tenreiro. Uma semana depois a escola abriria as portas para realizar sua festa junina.

**É necessário qualificar o espaço escolar e construir escolas mais abrangentes, menos conteudistas e que favoreçam a relação com a comunidade e a natureza, além de combater a sensação de desalento e injustiça, comum nos agressores, propõe Beatriz Souza, do IP**

## LINHA DO TEMPO



De 31 ataques em 21 anos, 19 ocorreram entre fevereiro de 2022 a junho de 2023

\* Suicídio

Fonte: pesquisa de Telma Vinhas e Cleo Garcia (Unicamp, 2023)

Em outro *front*, a Assembleia Legislativa (Alesp) realizou três eventos em junho, em auditórios lotados por autoridades da segurança pública, na sua maioria ex-policiais. As propostas iam de botões de pânico e aumento das rondas escolares à vigilância ostensiva. Falou-se, até, de agentes em tempo integral nas escolas. Mas no começo de agosto, na mesma semana em que “tropas especiais” da Polícia Militar mataram 16 pessoas numa comunidade do Guarujá, o governo estadual iniciou um estranho protocolo nas escolas, estipulando que os diretores assistissem às aulas de cada docente e produzissem relatórios semanais da atuação das e dos docentes. Apeoesp-Sindicato e parlamentares de oposição reagiram imediatamente à medida, que além de não propiciar avanços pedagógicos é um meio evidente de impor vigilância e pressionar docentes, ferindo assim a liberdade de cátedra.

Da esfera federal também partiram ações voltadas para o monitoramento e o reforço das medidas de segurança, porém sem deixar clara a origem dos recursos a médio e longo prazos. Uma iniciativa aparentemente menos passageira foi a criação de um Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo, em âmbito federal e reunindo alguns ministérios, sob liderança da pasta dos Direitos Humanos e Cidadania. Resultado de um grupo de trabalho que aprofundou o relatório do professor Daniel Cara, foi tratado pelo ministro Sílvio Almeida como iniciativa pensada para que “possamos sempre nos antecipar, ou pelo menos captar, nos momentos mais agudos, as várias transformações e mudanças a que essa temática está sujeita”. O grupo identificou também a necessidade de regular as plataformas digitais.

Não há notícia da adoção de medidas básicas, como aponta Elaine Al-

ves, tais como como rotas claras de acesso às unidades para as equipes de polícia e saúde, que poderiam reduzir os riscos e impactos dos ataques, ou protocolos bem definidos de quais equipes têm de chegar, em que ordem, às escolas ou locais em que ocorram os atos de violência. Falta, ainda, entender o que fazer após os ataques. “Quando estamos nesse momento, após uma situação de ataque ou de violência coletiva, é importante que a comunidade escolar trate a questão como um fenômeno coletivo, evitando a internalização de culpas, medos e traumas”, me explicou a psicóloga Beatriz Souza, supervisora do Serviço de Orientação à Queixa Escolar do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (Lieppe), pertencente ao Instituto de Psicologia (IP) da USP.

Crítica da modesta atenção dada pelos governos após os ataques em Suzano e na capital, ela pondera

que a repetição e aceleração dos ataques torna a sociedade menos sensível ao que se passou na Vila Sônia. Com essa espécie de crise de desatenção o esforço público no atendimento também cai, talvez na mesma velocidade com que aparecem panaceias, como o uso de armas nas escolas ou de agentes de segurança lá, em caráter permanente. Para Beatriz a solução vai em outra direção, na qualificação do espaço escolar e na construção de escolas com projetos mais abrangentes, menos conteudistas e que favoreçam a construção de soluções conjuntas de aprendizado e a relação com a comunidade e a natureza. Outro elemento importante é combater a sensação de desalento e injustiça, comum nos agressores. Além de identificar as células extremistas, a comunidade escolar precisa acolher os jovens antes que se isolem e recorram a elas.

“Falta por exemplo um cuidado claro em pegar as coisas, os objetos salvados, e guardá-los em local adequado, ou, quando possível, garantir que estejam lá para serem retirados por seus donos”, explica Elaine, para quem essa continuidade faz parte do recolher-se, de voltar ao lugar sem que ele remeta à dor, a pesadelos. Ela defende que a escola reabra o quanto antes, mas como comunidade, como espaço de organização e acolhimento, com tempo para retomar as atividades, tanto para os estudantes quanto para os trabalhadores. “Houve uma professora, do Thomazia, que estava lá 48 horas depois. Só faltou para consultas médicas, eu a vi chorar quase todos os dias”, completou. A

seu ver, a direção do Thomazia não estava aberta ao acolhimento dos profissionais da escola, e só a muito custo aceitou que fossem estabelecidos dois horários para fazer rodas de conversa com docentes.

“Não houve o tempo para a recuperação, não temos esse costume, essa cultura”, completa Elaine, que viu escolas e comunidades vizinhas assustadas, tanto no Raul Brasil como no Thomazia. Nos dois casos, tanto ela quanto Beatriz Souza presenciaram e ajudaram a atender, como voluntárias, os impactos do pós-evento e a onda de desinformação e boatos que seguiram. Elaine lembra que a Educação tem uma verba reservada para emergências. “Onde foi parar essa verba? Não adianta contar com trabalho voluntário, as equipes precisam se manter. Não dá para contar diariamente com voluntários”. Sem essa continuidade podem ser prejudicados esforços fundamentais, como a busca ativa e acompanhamento de todos os envolvidos.

Desde 2019, após as mortes de Suzano, há a previsão, em lei, de contratação de um assistente social e de um psicólogo escolar por escola. Mas o que está em andamento é a contratação de somente 550 psicólogos para toda a rede estadual paulista. Um para cada dez unidades, menos do que os 600 policiais militares atuando diretamente no Programa Escolar, sistema de policiamento dedicado a instituições de ensino (há ainda o programa de reforço de policiamento em jornadas complementares, que conta com 4.800 profissionais ativos e cobre as redes municipais e de ensino técnico e superior).

## **A superlotação das salas, a falta de um programa de mediação escolar e a violência na comunidade e no entorno aumentam a incidência de violência no espaço escolar, diz Fábio Moraes, da Apeoesp, que rejeita propostas como o treinamento dos professores para enfrentar ataques**

A direção da escola não respondeu aos questionamentos encaminhados pela *Revista Adusp*, relativos à inexistência de um período de adaptação para os funcionários, que voltaram ao trabalho dois dias após o ataque. Alguns têm crises de choro e outros sinais de estresse, segundo Elaine e Beatriz. Ronaldo também relatou sintomas semelhantes no filho Miguel, bem como nos colegas dele. Nem a diretora da Thomazia nem a Secretaria da Educação permitiram que a reportagem visitasse a escola.

A violência nas escolas não se resume ao extremo desse tipo de ataque. A Apeoesp, que acompanha o cotidiano das escolas e debate esse tema há anos, rejeita as propostas que implicam aparato ostensivo de segurança. “O papel do professor é o de educar, não o de policiar. A insistência no policiamento ou no treinamento dos professores como solução para enfrentamento da violência é

uma tentativa dos governos de criar respostas imediatas para a sociedade, mas o problema é complexo e tem que envolver todos nesta discussão”, nos disse o presidente Fábio de Moraes, para quem a superlotação das salas, a falta de um programa de mediação escolar e a presença de violência no entorno aumentam a incidência de violência no espaço escolar.

O sindicato divulgou uma pesquisa em março deste ano, na qual a percepção de que há violência considerável nas escolas é de 55% dos estudantes, 61% dos professores e 75% dos familiares, sensação que aumenta nas periferias. Fatores como a diminuição do quadro de funcionários e a insuficiência dos investimentos estruturais agravam a situação. Por outro lado, como já visto, uma parte importante da equação, que é o discurso de ódio, não se encontra no território onde se localiza a escola, mas está espalhado pelas redes sociais.

Na opinião do professor Ortellado, há um problema de competência legal que dificulta o combate aos crimes cibernéticos. Algumas polícias estaduais têm divisões de crimes cibernéticos, mas a competência e coordenação dos esforços de investigação precisaria, a seu ver, ser federal, pois extrapola os limites geográficos comuns a outros eventos de ódio (como as brigas de torcidas organizadas), motivo pelo qual deveria se tornar uma atribuição permanente da Polícia Federal (PF).

Embora tenha havido ações pontuais, a falta de atenção da PF para a necessidade de combater esse crime como uma rede de ações permitiu que

esses grupos se nutrissem do impulso que a extrema-direita teve no país. O monitoramento e ação são lentos e custosos: a Overlord, operação desfechada em julho de 2023 contra células nazistas existentes em diversos estados, a partir de um grupo central em Santa Catarina, foi iniciada oito meses antes, após uma denúncia da ong Safernet. Discussões recentes buscam cobrar das empresas que mantêm redes sociais seu quinhão de responsabilidade. Tanto o Twitter quanto Tik Tok e Discord são problemáticos ainda, diz Ortellado, por dificuldades de monitoramento em sua estrutura.

Cléo Garcia afirma que as escolas também se retraíram diante das pressões e perseguições e deixaram de ser um local onde se dialoga sobre diversos assuntos de extrema importância, como direitos humanos, racismo, exclusão, homofobia, discursos de ódio etc. “É preciso um esforço multissetorial e interinstitucional. Escola, família, área de saúde, assistência social, Conselho Tutelar e segurança pública precisam trabalhar conjuntamente, em mútuo apoio. É necessária a mudança do olhar de todos para os comportamentos considerados diferenciados, mudando também a ação, trabalhando uma convivência pautada em ética, respeito e diálogo. Programas de convivência têm mudado a cultura escolar em países como Chile, Colômbia e Espanha, evitando que os conflitos se tornem violentos”.

No gramado do IP-USP, no começo de uma manhã clara de inverno de um dia comum e seco na capital, Beatriz pacientemente explica que

temos de valorizar a convivência. O espaço, diz ela calma porém enfática, não pode ser apenas o local físico de encontro, deve ser parte do processo educacional, assim como da vida. Assim poderemos quem sabe nos aproximar de uma escola integral, na qual haja respeito às vozes de todos os e as estudantes, e tanto autonomia quanto protagonismo sejam comuns, de maneira que uns-umas se importem com outros-outras. Afinal, penso, a escola típica da rede estadual de ensino, sucateada e maltratada, não parece que está dando conta.

**Nota da Redação.** Depois de pronta esta matéria, um novo e brutal episódio de violência ocorreu na Escola Estadual Sapopemba, na zona leste de São Paulo, na manhã do dia 23 de outubro. Um adolescente armado rendeu a colega Giovanna Bezerra, de 17 anos, e a executou pelas costas. Depois descarregou a arma e feriu mais duas jovens. O revólver que usou pertencia a seu pai.

O autor do crime tem 16 anos, sofria *bullying* e agressões na escola. Sua mãe chegou a registrar um boletim de ocorrência, em abril, por ameaça e lesão corporal por ele sofridas, e buscou auxílio na Delegacia de Ensino, sem êxito. O secretário Renato Feder, da Educação, reconheceu que a direção da escola sabia que o aluno sofria *bullying*, e falou em contratar mais psicólogos e “segurança privada”. Já o governador Tarcísio Freitas declarou que irá “rever as políticas” que diz ter adotado desde o ataque na Escola Estadual Thomazia Montoro.

---

## Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.